

A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MORADIA FEDERAIS BRASILEIRAS E REFLEXÕES SOBRE O CASO ADECOL EM LONDRINA/PR COMO OUTRA PERSPECTIVA POSSÍVEL

The Social housing in Brazil: Considerations on Brazilian federal housing public policies and the case of ADECOL in Londrina, PR, as another possible perspective

Osmar Fabiano de Souza Filho
Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR,
Brasil

Léia Aparecida Veiga
Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR,
Brasil

Informações do artigo

Recebido em 30/10/2023

Aceito em 07/12/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p631-654>

Copyright (c) 2023 Osmar Fabiano de Souza Filho e Léia
Aparecida Veiga



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de; VEIGA, Léia Aparecida. A habitação de interesse social no Brasil: problematizações sobre as políticas públicas de moradia federais brasileiras e reflexões sobre o caso ADECOL em Londrina/PR como outra perspectiva possível. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**.

Salvador/Recife, v. 48, n. 260, p. 631-654, set./dez., 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p631-654>

Resumo

Considerando a produção do espaço como processo envolto às relações de classes, a moradia, na sociedade capitalista, é transformada em mercadoria. Com isso, defende-se que na realidade brasileira, as ações promovidas pelo Estado burguês, visaram beneficiar principalmente o desenvolvimento do capital ao invés vez de democratizar o acesso a moradia. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é promover uma reflexão acerca da habitação de interesse social por meio da análise das políticas públicas de moradia promovidas pela esfera federal no Brasil no século XX e XXI. A justificativa da proposta tem como base a importância de analisar as políticas públicas visando aprimorá-las no futuro e na necessidade de promover o debate sobre habitação que é uma questão ainda não resolvida no Brasil. Sendo uma pesquisa teórica-reflexiva, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, pesquisas e debates de ideias relacionadas à temática. Os resultados indicam que os programas federais brasileiros promoveram as habitações de interesse social com as contradições de seu processo histórico, surgindo a necessidade de perspectivas alternativas, no qual o artigo traz, como exemplo, o caso da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Londrina (ADECOL) em Londrina/PR.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Espaço. Moradia. Relações de Poder.

Abstract

Considering the production of space as a process intertwined with class relations, housing in capitalist society is transformed into a commodity. With this, it is argued that, in the Brazilian reality, actions promoted by the bourgeois state aimed mainly to benefit capital development rather than democratizing access to housing. In this sense, the aim of this article is to promote a reflection on social housing through the analysis of public housing policies promoted by the federal sphere in Brazil in the 20th and 21st centuries. The justification for the proposal is based on the importance of analyzing public policies in order to improve them in the future and on the need to promote debate on housing, which remains an unresolved issue in Brazil. Being a theoretical-reflexive research, the methodological procedures consisted of bibliographic review, research, and debate of ideas related to the subject. The results indicate that Brazilian federal programs promoted social housing with the contradictions of their historical process, leading to the need for alternative perspectives, of which the article brings as an example the case of the Community Development Association of Londrina (ADECOL) in Londrina, PR.

Keywords: Social Housing. Space. Dwelling. Power Relations.

INTRODUÇÃO

A questão da moradia no Brasil deve ser compreendida inserida dentro dos marcos da desigualdade produzida pela lógica capitalista e da propriedade privada individual da terra, que é tornada hegemônica na sociedade moderna e que neste país foi construída e pela Lei de Terras de 1850. Esta lei, legitimou a propriedade privada como a única forma de acesso à terra, urbana ou rural, no país. Neste sentido, é necessário problematizar a realidade brasileira que apresenta um elevado número de pessoas que não possuem o acesso à terra e a moradia digna, bem como é posto à margem da cidade, sendo este fruto do trabalho humano desenvolvido historicamente.

Dentro desta sociedade capitalista brasileira, na qual a concentração fundiária urbana busca maximizar a renda da terra se torna hegemônico, esses fatores contribuem para explicar o quadro de desigualdade brasileira onde muitos brasileiros não possuem habitação e outros, sejam empresas ou pessoas físicas, concentram muita riqueza. Em suma, algumas pessoas têm propriedades em abundância enquanto outras, sequer, possuem um teto para viver dignamente.

Neste contexto de profunda desigualdade, caberia ao Estado nacional brasileiro media-los e promover alternativas aos trabalhadores de habitação digna, em especial, para aqueles que não possuem as condições materiais de acesso a este bem necessário para a manutenção e (re)produção social da vida humana por meio de mercado. Entretanto, como se verá, no Brasil ocorreu uma histórica negligência à classe trabalhadora desde o início de seu processo de urbanização, no qual houveram ausências de políticas públicas efetivas que visaram reduzir as disparidades, gerando consequências graves em que a população trabalhadora veio a se estabelecer na cidade em condições totalmente precárias e indignas.

Com a concentração fundiária urbana e rural, que nunca foram enfrentadas de frente com a ação do Estado burguês em prol do benefício do capital, surgiram nas cidades brasileiras questões urbanas como a segregação socioespacial, a falta de moradia digna e sub-habitação, a problemática da mobilidade e a falta do direito à cidade. Entretanto, dentro destas relações, este artigo problematizará a questão da moradia, considerando, por exemplo, as ações que o governo federal brasileiro, ocupado por diferentes grupos e sujeitos, desenvolveu, em diferentes momentos do século XX. Desta maneira, serão problematizados os programas de provisão habitacional que, segundo as justificativas públicas de cada

momento, visaram democratizar o acesso à moradia e solucionar a questão habitacional existente.

Com isso em vista, este artigo tem como objetivo problematizar o conceito de habitação de interesse social segundo a realidade brasileira, considerando para tal, o processo histórico de políticas públicas de moradia, desenvolvidas no século XX e do século XXI, pelo Governo Federal. Assim, serão analisados os programas e políticas habitacionais brasileiras: os Institutos de Aposentadoria e Previdências (IAP's), a Fundação da Casa Popular (FCP), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Neste sentido, o artigo desenvolve uma análise qualitativa desses programas, buscando evidenciar, por meio das propostas, o incentivo à habitação de interesse social – aquela moradia em condições dignas provida a pessoas de baixa renda que não possuem meios necessários para seu acesso, seja pela iniciativa pública ou privada. A proposta tem como justificativa a necessidade de se problematizar as políticas públicas de habitação e realizar suas avaliações, pois, com elas, torna-se possível compreender as relações sociais que formam o território brasileiro e produzem o espaço geográfico e a cidade, além de evidenciar as diferentes intencionalidades dos diferentes agentes produtores do espaço urbano.

Sendo apresentado como uma pesquisa de cunho teórico-reflexivo, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste artigo consistiram em leituras de artigos, livros e legislações, e a realização de discussões concernentes à temática proposta. O desenvolvimento de avaliações qualitativas acerca das políticas públicas, aqui especificadas, e a problematização destas sob um viés crítico, que busca promover outros olhares acerca da discussão sobre a questão da moradia no Brasil, são apresentados como fruto deste processo que não se encerra aqui.

Neste sentido, o artigo é estruturado com esta introdução, após a qual serão apresentados os procedimentos metodológicos que fundamentaram a pesquisa. As fundamentações teóricas do artigo são apresentadas nas discussões acerca da produção do espaço urbano e sua alienação pelo capital, na seção um, que é seguida da avaliação das políticas públicas de habitação na seção dois. Após esse processo, na seção três, ocorre a problematização acerca do conceito de habitação de interesse social, e por fim, uma reflexão de alternativas possíveis para a questão da moradia brasileira, trazendo problematizações do caso Associação de Desenvolvimento Comunitário de Londrina (ADECOL).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a realização desta pesquisa que são compostos de ações como leitura bibliográfica sobre a temática e reflexões que ocorreram subsequentes a esses processos. Assim, o artigo é apresentado como uma análise qualitativa dos programas de habitação desenvolvidos pela esfera federal e visa problematizar a habitação de interesse social enquanto conceito.

Com tal propósito e procedimentos, as discussões teóricas realizadas versam sobre o conceito de Habitação de Interesse Social, bem como sobre as políticas públicas de habitação desenvolvidas pela esfera federal, que serão aqui objetos de avaliação. A metodologia de interpretação, ou seja, os fundamentos teóricos que ofereceram a sustentação para a realização da análise, se basearam no materialismo histórico-dialético, que compreende o espaço, o tempo e a sociedade como consequência das relações sociais de poder travadas entre as classes e grupos sociais de determinado período histórico, no qual, na estrutura social moderna, se materializa na disputa entre os detentores do capital, que se faz dominante, e a classe trabalhadora.

A COOPTAÇÃO DO ESPAÇO PELO CAPITAL: O TRABALHO HUMANO E A ALIENAÇÃO CAPITALISTA

A compreensão do espaço pode ser entendida por diferentes perspectivas, possuindo, inclusive, um processo histórico de alteração da concepção hegemônica, seja na filosofia ou na ciência moderna. Na Geografia, entretanto, segundo Santos (2008), o espaço é entendido como um complexo de interações entre sociedade e natureza, moldado por processos históricos, políticos, econômicos e culturais. São essas relações e interações de sistema de ações e objetos que constituem o espaço geográfico.

Santos (2008) enfatiza, assim, a importância das relações sociais de poder na construção do espaço, e de suas alterações, destacando como as dinâmicas e as estruturas de poder moldam as paisagens e influenciam a vida cotidiana das pessoas no espaço. A produção do espaço, nesse sentido, ocorre por meio de uma interação complexa entre a

sociedade e a natureza, em que a ação humana desempenha um papel fundamental na sua configuração.

Desta forma, o espaço não deve ser compreendido como um simples cenário estático, mas, sim, como uma produção humana que se dá envolta dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que se desdobram ao longo do tempo. Por outro lado, o espaço em si influencia a maneira como as atividades humanas são realizadas e organizadas. Isso significa que as características geográficas, como topografia, clima, recursos naturais e infraestrutura, podem afetar diretamente as atividades econômicas, sociais e culturais de uma determinada região (Santos, 2008).

Santos (2008) argumenta, ainda, que as relações de poder moldam os espaços e as estruturas sociais e influenciando, assim, a distribuição desigual de recursos e oportunidades, o território usado e não usado. Desta forma, o espaço geográfico é visto como uma expressão material das relações de poder e das dinâmicas sociais que ocorrem em um determinado contexto histórico e geográfico.

Harvey (2005), considera que a produção do espaço deve ser entendida como uma manifestação das relações de poder e das contradições inerentes ao sistema capitalista. Desta maneira, o espaço é produzido por meio de processos sociais, econômicos e políticos que envolvem a acumulação de capital, a especulação imobiliária e a luta pelo controle dos recursos e territórios. A produção espaço também importância de processos de crises econômicas, e das contradições inerentes ao capitalismo, de forma que as dinâmicas de expansão e destruição do capital moldam as paisagens e os espaços urbanos e rurais.

Nesta direção, na sociedade moderna, em que os detentores do capital são a classe dominante, o capital se apropria do espaço por meio de processos de acumulação por espoliação, especulação imobiliária, gentrificação e reestruturação urbana, que ocorrem para atender as necessidades e demandas da classe dominante visando manter o *status quo*. As forças do mercado e as instituições políticas trabalham em conjunto para facilitar a apropriação do espaço pelo capital, muitas vezes resultando na concentração de riqueza e na exclusão social.

Na sociedade capitalista, o capital e seus detentores exercem de maneira hegemônica as influências na produção e uso do espaço. Harvey (2005) destaca como a classe dominante capitalista acaba por cooptar o espaço do conjunto coletivo retirando o direito da

classe trabalhadora em relação a esse espaço produzido socialmente, o que, na prática, se manifesta na alienação dos trabalhadores daquilo que por eles é produzido.

Através de investimentos, empreendimentos imobiliários e desenvolvimento urbano, o capital expande seus interesses, reconfigurando o espaço de acordo com suas necessidades e com os objetivos de maximizar suas taxas de retorno ao investimento inicial. Todavia, esse processo gerou historicamente em deslocamentos de comunidades tradicionais, segregação socioespacial da classe trabalhadora e nas desigualdades no acesso a serviços urbanos, retratando, assim, que a organização do espaço é a manifestação intrínseca entre as relações de poder (Harvey, 2005).

Assim, na sociedade capitalista, o espaço e a cidade são separados da sociedade para servir aos interesses dos detentores do capital. Isso pode ser observado no poder que os detentores do capital têm sobre o planejamento e a gestão das cidades e interferem na produção da mesma. O capital, apropriando-se do espaço, constrói uma estrutura urbana que visa, principalmente, a acumulação de capital e não o bem comum (Harvey, 2005).

A partir das reflexões realizadas, é possível problematizar como o capital se apropria do espaço e de políticas públicas, como por exemplo, as de habitação, utilizando o mercado imobiliário como ferramenta para a acumulação e para o desenvolvimento de empreendimentos que beneficiam, principalmente, os interesses econômicos da classe hegemônica. Essa interferência, todavia, produz na cidade especulação imobiliária, gentrificação e deslocamentos forçados de comunidades mais vulneráveis, contribuindo para a exclusão socioespacial e a segregação urbana.

Além disso, por meio das discussões, pode-se compreender que o Estado desempenha um papel crucial, em benefício do grande capital, seja com a regulação da política pública ou mesmo em sua implementação. Em muitos casos, o Estado burguês pode ser influenciado por interesses políticos e econômicos hegemônicos que perpetuam a marginalização de certas classes, resultando uma distribuição desigual de recursos e serviços, e refletindo a influência da classe dominante na definição das agendas políticas e na alocação de investimentos na estrutura urbana.

Com a lógica da propriedade privada da terra, o direito à cidade do trabalhador e ao fruto do trabalho coletivo, que é o espaço, é alienado. As problematizações avançam agora para questionar como essas apropriações do capital no processo de produção do espaço se manifestam em políticas públicas de provisão habitacional. Nesse contexto, as políticas

públicas de habitação em países capitalistas, como o Brasil, surgem como uma resposta à demanda por moradia não atendida para as camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora.

No entanto, é essencial problematizar como os processos de apropriação privada do capital influenciam o desenvolvimento dessas políticas, bem como se materializa as relações sociais nessa abordagem burguesa da questão da moradia. Sob o capitalismo a moradia é tratada como uma mercadoria sujeita às leis do mercado, resultando na exploração e na alienação dos trabalhadores. Nesse contexto, as políticas públicas de habitação muitas vezes refletem os interesses da classe dominante, priorizando o lucro imobiliário em detrimento das necessidades habitacionais das camadas mais vulneráveis da sociedade (ENGELS, 2015).

O Brasil, no século XX e XXI, é um exemplo desse cenário. Consequentemente, é importante problematizar como os processos de apropriação privada do capital se desenrolam no desenvolvimento dessas relações e processos. Pode ser colocado, essas políticas reproduzem as contradições das desigualdades socioeconômicas ao invés de enfrentá-las. A ênfase na propriedade privada e no mercado imobiliário como principais mecanismos para a provisão de moradia tendem a exacerbar a segregação socioespacial e a exclusão habitacional (Engels, 2015).

Diante desse quadro, surge a necessidade urgente de repensar e reimaginar as políticas habitacionais, adotando uma abordagem que coloque as necessidades humanas acima dos interesses do capital. Isso implica em reconhecer a moradia como um direito fundamental, não como uma mercadoria sujeita à lógica do mercado. Além disso, é essencial promover uma redistribuição equitativa dos recursos urbanos e garantir o acesso universal à moradia digna, sem discriminação ou exclusão. Assim, a seguir, apresenta-se uma discussão sobre a questão da moradia no Brasil, problematizando as relações sociais de poder e o papel da habitação nas políticas públicas federais de habitação desenvolvidas no país.

A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL: O PAPEL DA HABITAÇÃO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NA ESFERA FEDERAL

A questão da moradia é um tema atinge diferentes sociedades ao redor do mundo, refletindo não apenas as necessidades básicas de abrigo, mas, também, as desigualdades

socioeconômicas e as dinâmicas urbanas. Desde a Antiguidade, o acesso a moradias adequadas tem sido uma preocupação importante, uma vez que é essencial para o bem-estar humano e o desenvolvimento social (Engels, 2015).

Para a burguesia, a moradia é principalmente uma questão de investimento e busca por remuneração ao capital investido, ao invés de um direito humano. A classe burguesia, como proprietária dos meios de produção e das terras urbanas, tem controle sobre o mercado imobiliário. Em sua busca por acumulação, ela tende a favorecer políticas que valorizem o desenvolvimento imobiliário voltado para a classe alta e média, muitas vezes à custa da qualidade e acessibilidade das moradias para a classe trabalhadora. Isso pode incluir a especulação imobiliária, onde terras são adquiridas e mantidas com o objetivo de vendê-las a preços mais altos no futuro, em vez de serem desenvolvidas para fornecer habitação acessível.

Ainda assim, a atuação da burguesia vai em direção as políticas habitacionais. Ele argumenta que a classe dominante influencia o governo para adotar políticas que sirvam aos interesses da propriedade privada e da acumulação de capital, em detrimento das necessidades habitacionais da classe trabalhadora. Isso pode se manifestar em políticas que enfatizam o desenvolvimento de habitações para os setores mais ricos da sociedade, em vez de priorizar a construção de moradias acessíveis para todos (Engels, 2015).

No Brasil, a questão da moradia tem sido objeto de intervenção estatal com diferentes ações ao longo da história pela esfera federal, que vão desde a criação de órgãos públicos de políticas habitacionais até a criação e centralização de fundos de investimento para captar recursos e executar programas de moradia. No entanto, este artigo se dedica a analisar quatro políticas, promovidas pelo governo federal brasileiro, no setor habitacional, a saber: o Instituto de Aposentadoria e Previdência (IAP), a Fundação Casa Popular (FCP), o Banco Nacional de Habitação (BNH), e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O desenvolvimento urbano brasileiro ocorreu sob a égide da desigualdade, reproduzindo as contradições da produção espacial, na qual os trabalhadores a realizam, mas é apropriada pelas classes e frações de classe hegemônicas, perpetuando as desigualdades. Além disso, a urbanização ocorreu nos moldes típicos da sociedade capitalista, priorizando o capital privado, a valorização da terra urbana pela especulação imobiliária e gerando questões urbanas, como a questão da moradia.

Na Primeira República do Brasil (1889-1930), nenhuma iniciativa foi tomada pelo governo central nesse setor, devido a uma interpretação ideológica do liberalismo da República Velha, segundo a qual o Estado não deveria intervir na questão habitacional. A centralização dos recursos dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAP), que eram divididos por categorias de trabalho, foi a primeira ação do governo federal brasileiro para a produção habitacional em grande escala.

Os IAPs foram centralizados pelo governo Vargas na década de 1930 e começaram a financiar habitações ao longo dessa década. Inicialmente, as ações dos IAPs eram muito corporativas, concentrando-se principalmente no financiamento habitacional para os titulares das carteiras. No entanto, devido à necessidade de investimento de capitais, foi adotado o financiamento para diversos setores da sociedade, influenciando a oferta e demanda por habitação. De 1930 a 1964, os IAPs financiaram mais de 120 mil habitações (Bonduki, 2017).

A Fundação da Casa Popular (FCP), estabelecida em 1946, tinha como principal objetivo centralizar os fundos de financiamento e ser um órgão abrangente de política habitacional. No entanto, antes mesmo de seu início, enfrentou um grande obstáculo. Devido à resistência do setor de mercado e dos trabalhadores proprietários dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em relação à centralização dos recursos, a FCP, que foi concebida para centralizar até mesmo a política urbana, não conseguiu angariar recursos suficientes para financiar suas ações.

Com recursos limitados, dependendo exclusivamente da disponibilidade orçamentária, o programa entregou apenas 17 mil habitações até seu encerramento em 1964, das quais quase 40% estavam localizadas em Brasília, já que o órgão desempenhou um papel crucial na construção da capital (Azevedo; Andrade, 1982).

O Banco Nacional de Habitação (BNH), estabelecido durante a Ditadura Militar em 1964, compartilhava a mesma ideologia de Dutra em conter aspirações comunistas, acreditando que a habitação familiar poderia evitar qualquer descontentamento popular em relação ao regime. Dessa forma, evidencia-se que os programas habitacionais não foram criados para atender às necessidades dos mais necessitados, mas sim para legitimar o poder político.

Assim, o BNH se apresentou como uma instituição que centralizou os recursos financeiros, obtendo financiamento por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS), além de captar o tributo de 1% incidente sobre a folha de pagamento dos trabalhadores. Com amplos poderes e recursos, o banco atuou tanto na oferta de fundos para o financiamento de empreendimentos quanto na demanda por financiamento habitacional para os mutuários. Sua atuação resultou na maior produção habitacional já testemunhada pela esfera federal até então. No entanto, o BNH foi desativado em 1986, tornando-se um banco de segunda linha, enfrentando um considerável déficit fiscal (Azevedo; Andrade, 1982).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o mais recente dos três programas mencionados, foi criado após um período de escassez de políticas habitacionais no Brasil, principalmente devido às restrições ideológicas do neoliberalismo, que ganharam força no país nas décadas de 1990 e 2000, e que desencorajaram a intervenção direta do Estado no contexto social. Portanto, o fim recente da política pública que ocorreu em 2019, a análise do programa deve ser feita com cuidado.

O PMCMV desempenhou um papel significativo na questão da moradia, resultando na produção de mais de 4 milhões de habitações, a maior parte destinada ao segmento populacional com restrições financeiras no mercado imobiliário. Famílias com renda de até três salários mínimos tiveram acesso notável à moradia, como nunca antes na história do país. O programa beneficiou mulheres chefes de família e famílias com pessoas com deficiências entre seus membros, algo que chamou a atenção, uma vez que as três políticas públicas anteriores se concentravam em uma classe média específica (Maricato, 2017).

No entanto, críticas surgiram em relação ao programa, visto que ele se concentrou na construção de novas moradias e não na reforma e reutilização de edifícios existentes. Suas diretrizes priorizaram áreas metropolitanas, deixando de lado parte do Brasil que enfrentava desafios habitacionais em cidades pequenas e médias. Além disso, o programa concedeu grande influência às empreiteiras de capital aberto, sujeitas a influências inclusive do capital.

Assim, do ponto de vista econômico, os quatro programas tinham intenções semelhantes. Como já colocado, segundo Harvey (2005), as crises do capitalismo surgem devido ao excesso de capital e trabalho. Sempre que essas condições estão presentes, ocorrem crises, o que tem sido uma constante na história do capitalismo. Uma saída para o capital, e até mesmo para evitar crises, é empregar a produção do espaço para absorver os excedentes de capital fictício, acumulados no setor financeiro e entre a classe trabalhadora desempregada (Harvey, 2005; Maricato, 2017).

O que esses programas têm em comum é exatamente esse papel. Eles visam colocar em circulação, por meio da produção de espaço e habitação, o excedente de capital e trabalho que poderia levar a grandes crises e, assim, gerar problemas para os regimes políticos e econômicos da época. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que os programas de habitação no Brasil, desenvolvidos pelo governo federal, têm a habitação de interesse social como um subproduto e não como sua causa principal.

Considerando o ponto de vista político, todos os programas geraram benefícios para os governantes da época. Getúlio Vargas foi um dos grandes beneficiados pelas ações dos IAPs, já que grande parte do público beneficiado fazia parte de seu eleitorado. Dutra agradou a classe média, buscando legitimar seu fraco governo que se iniciou com a ruptura do status quo popular de Vargas. Nesse sentido, o FCP foi um grande aliado do processo.

Durante a Ditadura Militar, a habitação foi usada em um sentido duplo: por um lado, ela se constituía em uma política anticíclica contra a concentração de excedentes de capitais, aumentando o dinamismo econômico; por outro, legitimava o regime, pois mesmo com o caos e a violência, era apresentada de maneira enganosa como um regime que melhorava a vida da população.

Já durante os governos de Lula, ele conseguiu afastar o Brasil da rota da crise de 2008, beneficiando os mais pobres e a classe média baixa, o que lhe garantiu sustentação política e econômica. Seus governos foram apoiados tanto pelos mais pobres quanto pelas elites empresariais, que tanto se beneficiaram de sua administração. O retorno do programa em 2023, em um novo governo, certamente visa, ao que tudo indica, a vontade de promover habitação a certos setores negligenciados pelo mercado privado e promover novamente o setor industrial brasileiro da construção civil, que foi dilapidado pela Operação Lava-Jato.

De acordo com as ideias problematizadas, pode-se concluir que o Estado e o capital se apropriaram das políticas públicas de habitação e do espaço de maneiras complexas, muitas vezes reforçando dinâmicas de poder e desigualdades sociais. Tanto o Estado quanto o capital desempenham papéis cruciais na produção e na regulação do espaço urbano, influenciando o acesso à moradia e a distribuição de recursos de forma desigual, isso pode ser visualizado pela realização dos empreendimentos do PMCMV Faixa 1, nos municípios do aglomerado urbano de Londrina, composto por, além deste, Arapongas, Rolândia, Cambé e Ibiporã, que serão problematizados a seguir.

A ALIENAÇÃO HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL A PARTIR DA PRÁTICA E A NECESSIDADE DE UMA EFETIVA APLICAÇÃO

Fruto de um projeto de colonização privada, os municípios do aglomerado foram, inicialmente, planejados como grandes empreendimentos imobiliários de vendas de terra, instaurou-se nesse processo uma elite conservadora do seu senhorio da terra e que reproduziu a lógica da especulação imobiliária no desenvolvimento de outros empreendimentos. A abordagem desenvolvida por Santos (2008), Harvey (2005) e Lefebvre (2006) permitem compreender a formação a formação de Londrina e da região norte do Paraná e as relações de classe que os gerou.

Cabe destacar, que Londrina e os municípios de seu aglomerado, atravessaram transformações significativas impulsionadas pelo setor agrícola e serviços que geraram sua expansão urbana. A lógica capitalista, desde o início, fora hegemônica em seu processo de desenvolvimento, onde a concentração de poder econômico e político influenciou a distribuição de recursos e a organização do espaço urbano. Essa dinâmica reflete as relações de poder e as disputas entre diferentes grupos sociais, evidenciando a influência da elite dominante no processo político. Destacou-se em Londrina, desde o início, uma burguesia detentora da terra que promovia seu capital por meio do investimento em terra e na capitalização de sua renda (Barbosa; Azevedo, 1982).

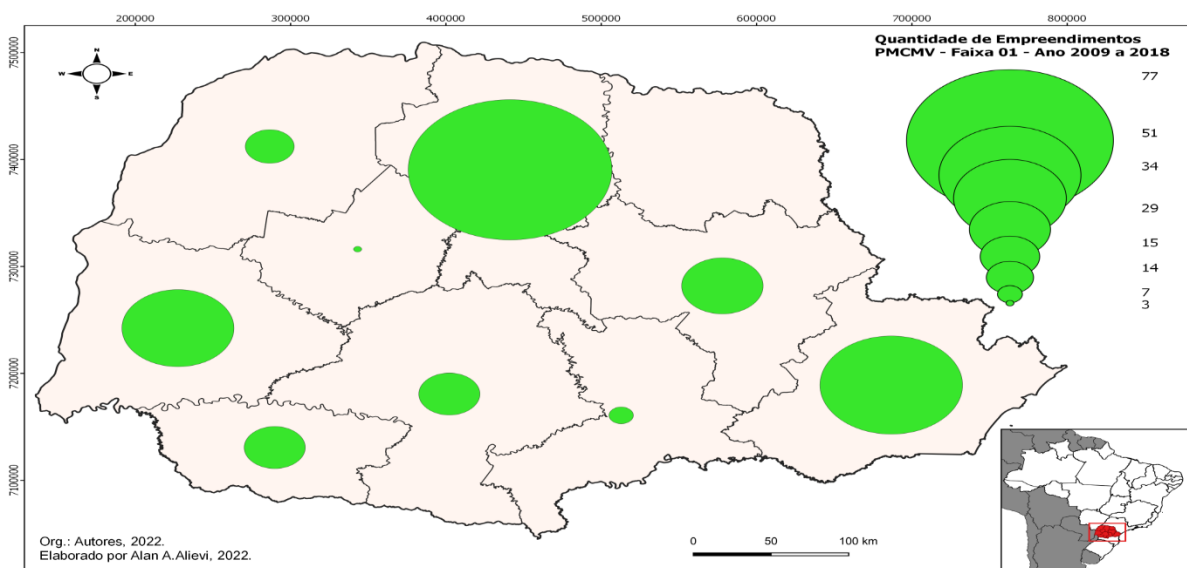
Ao analisar os processos históricos que ocorreram na região norte do Paraná e no aglomerado urbano de Londrina, torna-se evidente a existência de um desenvolvimento espacial guiado por processos políticos cujos sujeitos hegemônicos são os detentores do capital, sobretudo, do capital imobiliário. Esses processos organizaram, construíram, estruturam, delimitaram e regionalizaram o espaço londrinense produzindo o território de acordo com as concepções de tempo e espaço desta elite dominante. Os objetivos dessas elites para o espaço é utilizá-lo como meio de promover a acumulação e acelerar os fluxos de capital, resultando em intervenções espaciais que visam diminuir o tempo de circulação e garantir a acumulação como condição necessária, influenciando assim, também, no desenvolvimento de políticas públicas como o caso do PMCMV.

Dentro do escopo da pesquisa, foi possível observar esses processos entre os grupos sociais no recorte espacial delimitado desde seu início. A colonização da região norte do

Paraná por uma companhia privada de capital inglês estabeleceu a lógica proprietarista como hegemônica e protagonista do processo político da região, com destaque para o município e a elite de Londrina. Essa dinâmica histórica moldou as relações sociais e as estruturas de poder presentes na cidade e na região estudada (Barbosa; Azevedo, 1982).

Essas elites do capital imobiliário, em diferentes formas de atuação, participaram deste processo de seleção e aprovação dos projetos habitacionais do programa, utilizando sua influência política e financeira para garantir a prevalência de seu capital frente a outros oriundos de outras regiões. Um dos elementos que marcam esse processo é possível de ser visualizado na Figura 1 abaixo, que retrata a magnitude da região norte do Paraná, onde está localizado o aglomerado, frente a outras regiões do Estado do Paraná.

Figura 1. Quantidade de empreendimentos realizados pelo PMCMV Faixa 1, via FDS e FAR, entre 2009 e 2018



Fonte: BRASIL - FDS e FAR, Alievi (2023).

Ao analisar os dados, coletados junto ao Ministério das Cidades, e espacializar as informações dos empreendimentos entre os municípios do aglomerado urbano de Londrina, fica evidente que as elites do setor imobiliário londrinense exerceram considerável influência na aplicação da política pública do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Pela Figura 1, é possível visualizar que na região norte do Paraná, a distribuição dos empreendimentos encontrava-se da seguinte forma: vinte e três (23) empreendimentos em

Londrina, oito (08) em Rolândia, sete (07) em Cambé, cinco (05) em Arapongas, e três (03) Em Londrina estava concentrado 47% dos conjuntos PMCMV construídos na referida mesorregião. Outro fator que mostra a prevalência e centralização da política pública, através do capital, em Londrina.

Dentre os dados coletados, verifica-se que no município de Arapongas foram construídos hum mil quinhentos e quarenta e quatro imóveis (1544); em Ibiporã foram construídos um mil e oito (1008) imóveis; Londrina recebeu a maior quantidade de novos imóveis com cerca de cinco mil seiscentos e sessenta e nove imóveis (5.669); e Rolândia e Cambé receberam a construção de hum mil quinhentos e oitenta imóveis (1580) e hum mil e oito (1008) imóveis respectivamente. Destaca-se, assim, que Londrina concentra o investimento e o desenvolvimento da política pública na área de seu aglomerado.

Quando analisado a origem do capital das empresas que construíram empreendimento nos municípios dos aglomerados, destacam-se as empresas: Artenge S/A Construções Civis; Bonora e Costa Construtora e Incorporadora; Terra Nova Engenharia Ltda; Protenge Engenharia e Projetos de Obras; Sial Construções Civis Ltda. Por meio dos dados da Receita Federal Brasileira, é possível perceber que apenas a Sial Construções Civis Ltda. não tem a sede de seu capital na cidade de Londrina, e sim na capital paranaense, como retrata o Quadro 1 abaixo, Curitiba. Todas as demais que atuaram pertencem ao capital imobiliário londrinense, o que retrata sua força política na produção espacial da aglomeração.

Quadro 1. Sede do Capital das Empresas que atuaram no Aglomerado Urbano de Londrina

EMPRESA	NÚMERO DE OBRAS	MUNICÍPIO SEDE/ESTADO
ARTENGE S/A CONSTRUÇÕES CIVIS	10	Londrina/PR
BONORA E COSTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP	13	Londrina/PR
TERRA NOVA ENGENHARIA LTDA	8	Londrina/PR
PROTENGE ENGENHARIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA	3	Londrina/PR
SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA	3	Curitiba/PR

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de dados do Ministério das Cidades (MDC).

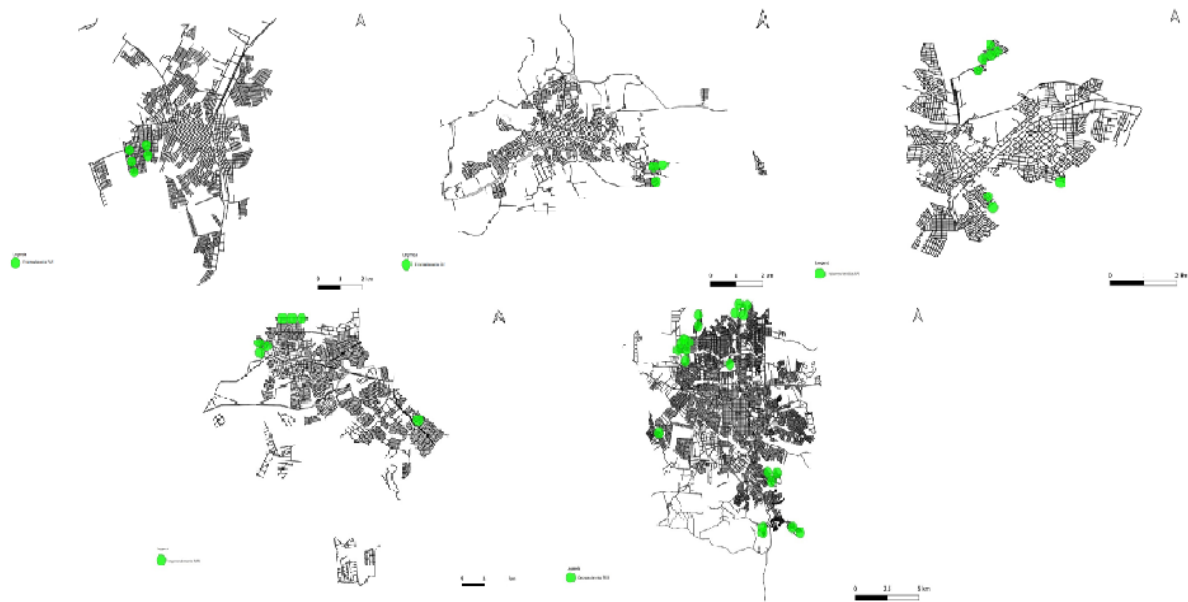
Considerando o número de imóveis construídos por cada empresa no aglomerado, tem-se os seguintes números a Artenge S/A Construções Civas ficou responsável pela construção de dois mil setecentos e dois (2702) imóveis; a Bonora E Costa Construtora E Incorporadora Ltda realizou a construção de dois mil duzentos e cinco (2205) imóveis. Posterior a isso tem-se a Terra Nova Engenharia Ltda com mil e trinta e três (1033) imóveis; a Protenge Engenharia De Projetos E Obras Ltda com novecentos e quatro (904); a SIAL Construções Civas Ltda com setecentos e vinte e oito (728) imóveis.

Esse outro dado reforça a força política e centralidade que os agentes do capital imobiliário londrinense tiveram na execução da política pública.

Espacializando os dados, por meio do software livre QGIS, fica evidenciado que as parcerias entre as empreiteiras e o desenvolvimento da política habitacional, como preconizado pelo PMCMV, resultaram em vantagens para as empresas, como a obtenção de terrenos em áreas distantes e a preços reduzidos, que lhes permitiram auferir maiores quantidades de renda da terra na comercialização dos imóveis, que já tinham reserva de mercado dado a iniciativa do programa. Assim, essas elites imobiliárias londrinenses concentraram poder na aplicação do PMCMV em Londrina, e nas cidades de seu aglomerado, onde exclusivamente o capital londrinense atuou, cooptando a política pública para os seus interesses e benefícios.

É importante ressaltar que a localização dos empreendimentos nestes municípios ocorreu em áreas distantes do centro urbano, tendo o potencial de intensificar o processo de segregação socioespacial dos trabalhadores, piorando, também, a mobilidade urbana. Essa segregação espacial pode ser visualizada por meio da Figura 2, a seguir.

Figura 2. Distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV, Faixa 1 FAR, nos núcleos urbanos dos municípios do aglomerado urbano de Londrina



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de dados do Ministério das Cidades (MDC).

Da esquerda para a direita da Figura 2 encontram-se a malha urbana de Arapongas, Ibiporã, e Rolândia acima, e da esquerda para direita abaixo encontram-se a malha urbana de Cambé e Londrina. A marcação da circunferência em verde é a localização exata de todos os empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PMCMV Faixa 1.

Com isso em vista, e de forma resumida, pode ser colocado que a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), considerando apenas a linha Faixa 1 no aglomerado urbano de Londrina, sofreu impactos significativos da conjuntura política e dos atores hegemônicos do processo político da região, onde o valor de troca do espaço é privilegiado em detrimento do valor de uso. Em muitos casos, esses impactos (re)produziram padrões de segregação socioespacial, como já mencionado, e por privilegiar a capitalização da renda da terra pelo capital imobiliário dominante do desenvolvido espacial da área.

Acredita-se, desta forma, ser possível afirmar que o desenvolvimento do PMCMV nos municípios do aglomerado urbano de Londrina, teve como principal imperativo a realização e valorização do capital londrinense, e não a provisão habitacional a aqueles que mais precisam. Isso se sustenta pelo fato de suas habitações estarem localizadas nas periferias do perímetro urbano, e centralmente por ser o mercado imobiliário londrinense o

principal agente produtor do espaço urbano, e hegemônico do processo político, que desenvolveu ações no âmbito da política pública no referido espaço.

Como já colocado, no capitalismo, as necessidades são ampliadas e produzidas pelo capital, visando a criação de novos tipos de mercadorias considerados necessários para a satisfação humana e a legitimação do status social e do padrão de consumo. Neste modo de produção, as necessidades são orientadas para a acumulação e a busca insaciável do capital por acumulação, que se torna uma finalidade em si mesma, para além das necessidades humanas (Buonfiglio, 2018; Fernandes, 2016).

A moradia, porém, não pode ser satisfeita como uma necessidade no capitalismo, devido à lógica da escassez e ao desinteresse em promover o acesso a esse bem essencial à vida humana (Engels, 2015). Deve se compreender que a necessidade que não pode ser satisfeita continua sendo uma necessidade, uma vez que, no capitalismo, ela se torna demanda. E assim, como demanda, apenas os consumidores com capacidade de consumo (renda e crédito) podem suprir suas necessidades, enquanto aqueles que não têm capacidade de consumo permanecem com necessidades não solucionáveis pelo mercado (Harvey, 2005).

No entanto, como mercadoria, a habitação possui uma característica peculiar, que é sua imobilidade e a dependência de terra, tornando-a sujeita a um mercado de terras. Essa peculiaridade reside no fato de que, como mercadoria produzida, seu consumo não pode ocorrer em qualquer lugar ou em qualquer terreno, uma vez que é necessária uma porção de terra e solo edificável. Dessa maneira, a habitação é uma mercadoria de características complexas, com implicações profundas em sua forma de produção e consumo (Harvey, 2005).

Considerada um direito humano, a habitação está relacionada à promoção da dignidade humana, garantindo proteção e evitando situações degradantes para qualquer pessoa, especialmente em comparação com aqueles em situação de rua. Portanto, o direito à moradia é um direito fundamental, seja civil, político, social ou econômico, e, como tal, ocupa um lugar de destaque no debate público, especialmente no século XX, quando instituições e movimentos sociais começaram a problematizá-lo (Buonfiglio, 2018).

A discussão em torno da habitação de interesse social revela uma complexa interseção entre a lógica do mercado, as políticas públicas e a garantia de direitos fundamentais. Ao longo do tempo, a habitação tem sido tratada não apenas como uma

necessidade, mas, também, como uma mercadoria sujeita às leis de oferta e demanda, o que gera exclusão e segregação.

Assim, tornar-se evidente uma contradição intrínseca dentro do sistema capitalista no que diz respeito à questão habitacional. Pode ser visto, pelo exemplo do PMCMV acima, que a habitação de interesse social é inserida na lógica da mercadoria sujeita às leis do mercado e aos interesses da burguesia local, de forma que o PMCMV está intrinsecamente ligado à lógica da acumulação capitalista.

Desta maneira, surge uma problemática central: é possível conciliar a necessidade de habitação como um direito humano com a lógica do capitalismo, que visa primariamente à acumulação de capital? A contradição entre a necessidade de moradia e a lógica do lucro se manifesta claramente na implementação de políticas habitacionais como o MCMV. Embora essas políticas sejam apresentadas como soluções para enfrentar o problema da habitação, elas muitas vezes servem aos interesses do capital, perpetuando a segregação socioespacial e a exploração da classe trabalhadora.

Essa problemática ressalta a necessidade de uma análise mais profunda das relações de poder e exploração que permeiam o sistema capitalista. Enquanto o acesso à moradia é tratado como uma questão de mercado, as necessidades humanas são subordinadas aos imperativos do capital, resultando em injustiças sociais e econômicas. Assim, é fundamental questionar não apenas as políticas habitacionais em si, mas também as estruturas de poder que as sustentam. Isso implica em buscar soluções que transcendam os limites do sistema capitalista, visando à transformação radical das relações sociais e econômicas em prol da justiça social e da dignidade humana.

Em suma, a habitação é um direito humano essencial que deve ser garantido pelo Estado por meio de políticas públicas que busquem promover o acesso democrático a moradias dignas. É crucial que tais políticas levem em consideração os aspectos legais e sociais envolvidos, bem como atuem como mediadoras entre os interesses dos grupos beneficiados e aqueles afetados negativamente pelas medidas sociais. Desta forma a autogestão pode ser uma alternativa promissora para impulsionar a habitação de interesse social, uma vez que envolve a participação ativa da sociedade civil organizada no processo de construção e gestão das moradias.

CAMINHOS POSSÍVEIS EM DIREÇÃO A NOVAS ALTERNATIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTOGESTÃO

Conforme demonstrado, no contexto do capitalismo brasileiro, a habitação de interesse social não alcança efetivamente a democratização do acesso à moradia e perpetua o ciclo que a transforma em um bem escasso na sociedade moderna. Pelo contrário, é por meio do sistema capitalista que uma necessidade humana básica, como a moradia, é convertida em uma demanda do mercado e em uma mercadoria acessível somente àqueles com renda suficiente para adquiri-la.

Além disso, foram apresentadas as medidas adotadas pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos XX e XXI em relação à questão da moradia no país. Apesar do conjunto de políticas públicas, programas e instituições implementados, o déficit habitacional e o número de pessoas sem acesso à moradia continuaram elevados, levantando questões sobre as razões pelas quais essas políticas não foram capazes de solucionar o problema habitacional.

A partir das análises teóricas e práticas realizadas, conclui-se que esses programas tinham em comum a função de colocar em circulação, por meio da produção do espaço e da habitação, o excedente de capital e trabalho que poderia resultar em crises e problemas para os regimes políticos e econômicos vigentes. Isso reforça a ideia de que, no contexto das políticas de habitação no Brasil, desenvolvidas pelo governo federal ao longo do século XX, a habitação de interesse social era tratada como um subproduto e não como a causa principal das ações implementadas.

Pode-se compreender a habitação de interesse social estão inseridas das relações de produção e da dinâmica do sistema capitalista. Sob essa perspectiva, os programas habitacionais governamentais são vistos não apenas como uma resposta às necessidades habitacionais da população, mas também como mecanismos para colocar em circulação o excedente de capital e trabalho, evitando crises que possam ameaçar a estabilidade do regime político e econômico vigente.

Todavia, existem alternativas que podem romper com as estruturas de poder capitalistas. Uma dessas alternativas é a autogestão, que surge como uma via alternativa para abordar a questão habitacional. A autogestão se baseia nos princípios da propriedade coletiva e da gestão democrática dos recursos, colocando o controle dos processos de produção e distribuição nas mãos dos próprios trabalhadores e comunidades. No contexto da

habitação, a autogestão implica na participação ativa das comunidades na concepção, construção e gestão de suas próprias moradias.

A autogestão como uma abordagem alternativa para enfrentar a questão habitacional, pode superar a lógica do lucro e da acumulação capitalista, priorizando as necessidades reais das pessoas em detrimento dos interesses econômicos dominantes. Além disso, a autogestão promove a autonomia e a capacitação das comunidades, fortalecendo os laços sociais e incentivando a solidariedade e a cooperação mútua.

De acordo com Lefebvre (2006), a autogestão é um processo em que as pessoas assumem o controle direto da produção e distribuição dos produtos e serviços essenciais à sua existência, sem a intervenção de um sistema de poder externo. Esse processo pode abranger desde a organização de cooperativas de produção até a gestão de serviços públicos por meio de conselhos comunitários.

Desta forma, a autogestão na habitação é uma bandeira defendida neste artigo, no qual a própria comunidade assume o controle de todo o processo de solução habitacional. Nesse contexto, a prática envolve a organização da comunidade por meio de movimentos populares, associações e cooperativas, que participam ativamente nas diferentes etapas, desde a definição do terreno e do projeto até a execução da obra. Esse método possibilita à comunidade o controle dos recursos públicos, proporcionando uma forma eficaz de democratização da habitação, alheia à lógica de mercado predominante.

Vale ressaltar que a autogestão social não é uma solução fácil ou rápida para os problemas habitacionais. Ela requer a organização e a mobilização das próprias comunidades, assim como a capacitação técnica necessária para gerenciar os processos de produção habitacional. No entanto, os defensores da autogestão argumentam que ela pode ser uma forma mais eficaz e justa de garantir o direito humano fundamental à moradia.

Com a análise das políticas públicas habitacionais, observa-se a existência de programas distintos, variando em termos de acessibilidade ou restrição a determinados segmentos da população. No entanto, é evidente que os programas de moradia no Brasil frequentemente colocaram o direito à habitação em segundo plano, como caso visto da Londrina, refletindo a influência histórica da classe dominante sobre o processo político e a imposição de sua concepção de espaço e tempo.

Diante da constatação de que as políticas habitacionais tradicionais muitas vezes tratam a habitação de interesse social como um subproduto, a autogestão surge como uma

alternativa viável e promissora. A defesa da autogestão surge como uma forma de promover a habitação por meio de uma lógica alternativa, e em Londrina, no norte do Paraná, podem ser observados exemplos práticos de cooperação em autogestão.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Londrina (ADECOL) iniciou suas atividades no âmbito da habitação de interesse social em 2014, com um histórico de formação que remonta à criação do Conselho Comunitário da Zona Sul de Londrina em 1994, duas décadas antes de sua fundação. Movida pela luta por moradia e pela mobilização de movimentos populares, a ADECOL concentra seus esforços na defesa do direito à moradia, na busca por reforma urbana e na promoção da autogestão. A associação desempenhou um papel significativo em ações de políticas de moradias populares na cidade de Londrina, atuando como articuladora e mediadora entre interesses sociais e políticas públicas no antigo Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV - Entidades).

Em 2015, a ADECOL, por meio do PMCMV - Entidades, mobilizou a construção de 200 casas em Londrina destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, e desde então, tem se empenhado em seu segundo grande projeto. Em parceria com a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), a associação está direcionando esforços para a destinação de um terreno e a construção de 28 residências unifamiliares por meio da modalidade de chamamento público.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Londrina (ADECOL) se destaca por adotar o formato de autogestão coletiva para a construção de moradias de interesse social. Seu projeto atual visa a construção de 28 moradias em parceria com a Cohab-Londrina, contemplando a disponibilização de lotes de 150m² para 28 famílias de baixa renda. O empreendimento está localizado no Jardim Nova Esperança, na Zona Sul de Londrina, e prevê a utilização de métodos construtivos sustentáveis, como tijolos e telhas ecológicos, sistemas de aproveitamento de água da chuva e instalações de energia solar (ADECOL, 2014, p.02).

Neste estágio do projeto, a associação está finalizando a submissão da documentação das famílias junto à Cohab-Londrina para viabilizar o acesso à linha de financiamento imobiliário. É essencial ressaltar que o regime de autogestão adotado pela ADECOL não exclui a contratação de mão de obra especializada para a execução da obra, mas concentra-se no controle dos recursos e na participação das famílias nas decisões relacionadas ao processo de construção. Além disso, a ADECOL conta com a colaboração de

profissionais de diferentes áreas envolvidos no projeto, incluindo os autores deste artigo, que participam de reuniões com os associados e líderes políticos, além de estarem engajados em um projeto de horta comunitária próximo ao terreno onde as moradias serão erguidas.

Diante das realizações até o momento e das etapas subsequentes a serem cumpridas, a ADECOL se apresenta como um grupo e um sujeito coletivo que desafia os interesses e a lógica perpetuada pelo status quo. Por meio de uma abordagem diferenciada em relação ao acesso à cidade e à moradia, em oposição à visão da classe dominante brasileira, que contribuiu para a problemática habitacional, a ADECOL se esforça para promover a autogestão e o estabelecimento de seus membros na área urbana, dotando-os de infraestrutura e proporcionando uma vida digna, em detrimento do lucro e da especulação imobiliária.

A análise abrangente das políticas habitacionais no Brasil evidencia um histórico complexo, permeado por desafios econômicos, políticos e sociais. Ao longo das décadas, a habitação de interesse social tem sido frequentemente tratada como uma questão secundária, subordinada a agendas políticas e interesses econômicos. A transformação da moradia em uma mercadoria no contexto do capitalismo acentuou as desigualdades sociais, tornando-a inacessível para muitos, enquanto alguns poucos se beneficiam da especulação imobiliária e do mercado de terras.

A compreensão do direito à moradia como um componente fundamental dos direitos humanos ganha destaque nesse contexto. A luta pela garantia de condições dignas de habitação envolve a necessidade de repensar as abordagens políticas e sociais, considerando o acesso equitativo à moradia como uma prioridade fundamental. A experiência da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Londrina (ADECOL), por meio de práticas de autogestão coletiva, revela uma alternativa valiosa para enfrentar os desafios enfrentados por comunidades de baixa renda, demonstrando o potencial de uma abordagem mais inclusiva e participativa na promoção da habitação digna.

Além disso, a análise dessas questões aponta para a necessidade de repensar o papel do Estado na promoção de políticas habitacionais eficazes. A atuação do Estado, muitas vezes direcionada por interesses políticos de curto prazo e influenciada por lógicas de mercado, exige uma reformulação que priorize os direitos e as necessidades das comunidades mais vulneráveis. Isso implica uma redefinição das políticas públicas, com uma

abordagem mais centrada nas demandas das populações locais e uma maior participação das comunidades na tomada de decisões relacionadas à habitação.

Portanto, ao considerar as complexas dinâmicas envolvidas na questão habitacional, é crucial adotar uma abordagem abrangente e colaborativa que reconheça a importância do direito à moradia como um pilar fundamental do bem-estar humano. O fortalecimento de práticas de autogestão coletiva, juntamente com uma reformulação das políticas públicas orientadas para a habitação, pode representar um passo significativo em direção a uma sociedade mais justa e equitativa, onde o acesso à moradia digna seja um direito acessível a todos.

REFERÊNCIAS

ADECOL. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Londrina. **Regimento Interno**, 2014. Disponível em: <https://www.adecol.org/> Acesso em: fev.2023

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1982.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Análise social, 2017.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Habitação de interesse social. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. e17004, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2015.

FERNANDES, Gelson Paulo. **Habitação de interesse social: moradia adequada**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016..

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Dados de autoria

Osmar Fabiano de Souza Filho

Doutorando, sendo bolsista da Capes, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2023). Atualmente, dedica-se ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de planejamento urbano e regional, formação socioespacial, habitação de interesse social, produção do espaço urbano e ensino de geografia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1579-841X> E-mail: osmarfabiano980@gmail.com

Léia Aparecida Veiga

Estágio de Pós-Doutorado em Geografia pela UEL. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade estadual de Londrina. Têm conhecimento e experiência em trabalhos correlatos à docência no Ensino Básico, no Ensino Superior, na Pós-Graduação e também como geógrafa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7870-293X> E-mail: leia.veiga@uel.br